

## DECLARAÇÃO DE VOTO

(DO SR. FERNANDO MÁXIMO)

*Declaração de Voto ao Substitutivo do Senado ao PL 1269/22, o qual “acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens”.*

Declaro, com base no Parágrafo único, do Art. 182, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados<sup>1</sup>, o meu **VOTO FAVORÁVEL** ao **Substitutivo do Senado ao PL 1269/22**, o qual “acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens”, cuja votação ocorreu em Sessão em Plenário, realizada em 21 de dezembro de 2023.

Plenário, em de fevereiro de 2024.

**DEPUTADO Dr. Fernando Máximo**

**(UNIÃO BRASIL/RO)**

<sup>1</sup> **Art. 182.** Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, em brancos e nulos.

**Parágrafo único.** É lícito ao Deputado, depois da votação ostensiva, enviar à Mesa para publicação declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

